

# Brasília 64 anos, sonhando com o centenário em 2060

» JOSÉ ROBERTO ARRUDA  
Ex-governador do Distrito Federal

Eu cheguei a Brasília em 1975, quando a cidade tinha apenas 15 anos. Ela era uma adolescente, jovem e bonita. Deixava-se descobrir pelos brasileiros e pelo mundo, perplexos com a reinvenção do conceito de cidade e com a arquitetura moderna que tinha aqui o seu berço. E mais: com a miscigenação que dava forma ao encontro das nossas diversidades culturais e com uma nova formação do povo brasileiro.

Brasília tinha então 900 mil habitantes. Estava ainda na placenta de sua história. E já se apresentava para ser o polo principal da interiorização do nosso desenvolvimento.

Tive o privilégio de morar em casa de madeira na Vila Planalto, de conhecer o presidente Juscelino Kubitschek e de ser amigo de muitos pioneiros, como Ernesto Silva, Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Carlos Murilo, Ildeu de Oliveira, Dona Sarah, Afonso Heliodoro, Marcia Kubitschek, Ari Cunha e Edilson Cid Varela. Também de alguns que ainda convivem conosco, como Osório Adriano, Gilberto Salomão, Hely Valter Couto e do ex-presidente José Sarney.

Como engenheiro, tive a grande oportunidade de trabalhar na conclusão do Teatro Nacional, do Centro de Convenções, do Hran, construir o Hospital de Ceilândia e o Hospital de Apoio. Mais tarde, de construir o metrô, o Noroeste, o Mangueiral e Águas Claras. Todas essas vivências foram se incorporando na defesa que sempre faço da cidade e no meu amor por Brasília.

Hoje, Brasília, aos 64 anos, é uma jovem senhora, bela ainda, mas já apresenta algumas dores e fragilidades próprias da idade. Isso me faz lembrar uma carta que recebi, em 2007, do arquiteto Oscar Niemeyer, quando eu era governador. Ele me dizia: “O problema principal que enfrentamos em Brasília é lutar para que essa capital não continue tão dividida em duas: de um lado, os mais afortunados, e, do outro, 3 milhões de brasileiros abandonados”.

Neimeyer lembrava, ainda, de um artigo que tinha escrito para o *Correio Braziliense* em que defendia a abertura de grandes avenidas e a construção de prédios com uma boa arquitetura para o desenvolvimento sociocultural de todas as regiões do DF. Foi daí que surgiu a ideia do Centro Administrativo que está pronto, mas ainda não ocupado, e, certamente, exercerá também essa função de inverter o fluxo de pessoas e valorizar o centro de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.

A nossa realidade atual é que Brasília tem 3,7 milhões de pessoas, é a terceira maior cidade brasileira. A salvação de Brasília está, hoje, nas cidades-dormitórios de seu entorno, onde vivem outros 2 milhões de pessoas que são dependentes do nosso transporte e dos nossos serviços públicos, principalmente os de saúde.

Brasília exige, agora, um olhar mais abrangente sobre seu espaço urbano e sobre o seu futuro. Primeiro, é preciso tirar do papel as novas linhas de metrô, para Gama, Santa Maria, Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia. Não na linha férrea existente, que tem um traçado curvo,



bitola de um metro imprópria para transporte rápido eletrificado que leva nada a lugar nenhum.

Falo de um VLT pelo canteiro central da BR 040 que, realmente, resolva o transporte coletivo para a saída sul. Há que se construir também as linhas do Recanto das Emas e Riacho Fundo. Também, do Sol Nascente e, importante, a saída norte. São investimentos fundamentais que dariam condições de um crescimento mais organizado da capital.

Uma outra questão para preservar a área tombada tal como foi concebida é proibir as ocupações desordenadas de grileiros que comprometem o nosso planejamento urbano. Em paralelo, há que se ampliar o esforço de urbanização das áreas carentes e fazê-lo com planejamento, com largas avenidas, possibilidades de áreas lineares adequadas para o crescimento vertical. É o caso da Interbairros, um projeto do Jaime Lerner que deixei pronto e que ligaria Samambaia, Taguatinga Sul, Arniqueiras e Águas Claras até o Guará e o Plano Piloto, exatamente onde hoje tem a linha de Furnas. Para isso, a linha deve ser rebaixada e construída subterrânea.

Existem outros grandes desafios, como preparar a cidade para ser um polo de alta tecnologia,

fomentar o turismo cívico, voltar com as escolas de educação integral e, como queria Niemeyer, dar mais qualidade de vida às áreas periféricas, para acabar com essa dicotomia entre a cidade nova e moderna e as áreas em que se repetem os erros das outras grandes cidades brasileiras.

Depois que JK construiu Brasília em apenas três anos, ou 1.119 dias, deveria ser proibido pensar pequeno. Nossa cidade foi o símbolo da reinvenção do Brasil. Certamente, outras pessoas que fazem parte da nossa história e trabalham por Brasília podem incorporar novas ideias para que possamos sonhar com o aniversário de 100 anos de Brasília, em 2060. Sempre sonhando com uma cidade organizada, toda cortada por linhas de metrô, rígida no uso e na ocupação do solo, com empregos inteligentes, cumprindo não apenas a sua missão de capital do país e de polo de interiorização de desenvolvimento, mas também de uma cidade exemplar na qualidade de vida de seus habitantes e nas políticas públicas urbanas.

Que Brasília seja exemplo para as outras cidades brasileiras. É pensando no nosso futuro e, de certa forma, provocando as gerações mais jovens, que registro aqui o meu parabéns, Brasília!

## Hemofilia: olhar atento para o futuro sem perder o passado de vista

» TANIA MARIA ONZI PIETROBELLI  
Presidente da Federação Brasileira de Hemofilia (FBH)

O dia 17 de abril marca o Dia Mundial de Hemofilia, condição genética considerada rara e caracterizada pela incapacidade de coagular o sangue. De acordo com a Federação Mundial de Hemofilia (WFH), o Brasil tem a quarta maior população com hemofilia do mundo, estimada em cerca de 14 mil pessoas. Não à toa, o país tem um Programa Nacional de Atenção robusto e consolidado, que é modelo para outros países. Por aqui, o tratamento das hemofilias é feito exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, é preciso pontuar que a excelente organização estrutural existente não nos isenta de trabalharmos em prol da causa.

Precisamos chamar atenção para necessidades básicas ainda não atendidas que impactam e até mesmo prejudicam a qualidade de vida das pessoas com hemofilia. Não é raro que pacientes, principalmente aqueles de regiões mais remotas do Brasil, se deparem com muitos obstáculos para diagnóstico, tratamento e atendimento de intercorrências.

Nesse contexto, destacamos as dificuldades na distribuição dos fatores de coagulação em domicílio em alguns estados, que deveriam ser fornecidos em quantidade suficiente para um mês, conforme determina a Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH). Na prática, porém, não funciona assim.

Também a falta de acesso a cirurgias ortopédicas para a colocação de próteses nos

pacientes que nasceram antes da implementação da profilaxia — e que, por isso, desenvolveram sequelas articulares gravíssimas, que provocam dores insuportáveis — os impede de exercer sua cidadania e inserção social.

Mas os principais e mais urgentes problemas que observamos são a falta de estrutura física e de recursos humanos devidamente capacitados. Pensando neste último, a Federação Brasileira de Hemofilia lançou a carteirinha para pessoas com hemofilia. Trata-se de um documento que é distribuído gratuitamente aos pacientes nos hemocentros. O objetivo é que, em qualquer tipo de atendimento médico, seja apresentado esse documento, junto ao de identificação, de forma a informar à equipe de saúde sobre a condição. Nessa carteirinha, os profissionais terão acesso a um QR Code que direciona a materiais educativos, de manejo e de orientação terapêutica de órgãos oficiais, como o Ministério da Saúde. É uma ferramenta valiosa que visa mitigar os riscos de atendimento inadequado e munir os profissionais de informações técnico-científicas de qualidade.

Apesar dos desafios ainda existentes, não podemos deixar de pontuar avanços significativos: a implementação da profilaxia primária e secundária para hemofilia grave, o aumento da disponibilidade de doses domiciliares para o período de um mês (anteriormente, menor), a ampliação da faixa etária para o uso de fator VIII recombinante para o tratamento de

hemofilia A, a criação da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados, a incorporação de anticorpo monoclonal no Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros.

Mais recentemente, celebramos o fato de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter aprovado a primeira terapia gênica para o tratamento de adultos com hemofilia A grave. Apesar da alternativa se somar ao arsenal terapêutico existente, ampliando a gama de opções e proporcionando tratamentos cada vez mais personalizados em concordância com a tendência mundial de assistência à saúde, ainda existem muitas etapas regulatórias a serem cumpridas até estar, de fato, acessível aos pacientes que são elegíveis a esse tipo de tratamento.

Mas ainda há muito o que fazer para sanar todos os problemas enfrentados pela comunidade de hemofilia. Por isso, é razoável que, em todas as instâncias de governo, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a tripartite — federal, estadual e municipal — se unam e se responsabilizem em suas áreas de atuação, pois temos a Política Nacional de Atenção bem desenhada, e referência mundial.

Neste Dia Mundial de Hemofilia, é fundamental termos fresco na memória a luta árdua pelos avanços conquistados e consolidados até aqui para que, vislumbrando o futuro, não percamos o foco daquilo que realmente importa: a promoção e manutenção da qualidade de vida dos pacientes.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Reforma agrária

Não é de hoje que se discute a questão da reforma agrária. Desde o início do século passado, o problema foi alçado do campo para as pautas de governo. Trata-se, pois, de um assunto de cunho eminentemente oficial, e, como tal, entregue às autoridades e aos governos.

Ao obter esse status, a questão ganhou também matices políticos e ideológicos, entrando para a pauta das discussões sem fim e para o glossário de promessas de campanha. Na verdade, desde a promulgação da Constituição Federal de 1934, a reforma agrária tem espaço assegurado nos instrumentos legais, recebendo também a atenção de órgãos públicos criados exclusivamente para tratar desse processo.

É preciso ressaltar que grandes somas de recursos públicos para a criação de uma pasta ministerial — ou seja, de primeiro escalão — voltada totalmente para a reforma agrária foram gastas. E isso ao longo de quase um século. Institutos como o Incra, composto por pessoal especializado no assunto, vêm, ao longo de décadas, se debruçando sobre essa questão.

O número de títulos agrários entregues oficialmente ao longo desse tempo todo chegou à casa das dezenas de milhões. Portanto, não há que se falar em falta de empenho por parte do poder público. O ponto aqui, diante de todo esse esforço estatal que foi feito e de toda a montanha de dinheiro despendida com essa questão, é saber, exatamente, por que nada desse trabalho hercúleo teve ainda o condão de pacificar, ou mesmo resolver de vez, o problema da reforma agrária em nosso país.

Curioso, também, é saber que foram os governos militares e civis de orientação conservadora que mais distribuíram títulos de terras, assentando centenas de milhares de famílias no campo. Talvez, esteja nesse ponto parte da explicação para o prosseguimento dessa questão. Não se pode cobrir a luz do sol com peneira, assim como não se pode deixar de enxergar que esse é um problema que vai muito além da questão do recebimento de títulos de terra e do assentamento legal de famílias.

A reforma agrária, antes mesmo de ser uma necessidade premente em resolver o problema da posse da terra, é uma questão política. Sem essa questão, esvazia-se o debate e perde-se o rumo. Para um país que vai consolidando sua economia com base no agronegócio, a questão da reforma agrária parece ter perdido a mão e o sentido. Tivessem os governos interesse real em resolver essa questão, o problema do marco temporal das terras indígenas e a criação de reservas gigantescas seria outro.

Do jeito que a questão vem sendo debatida, fica claro que a não resolução do problema é parte de uma estratégia, bem pensada, para perpetuar a questão e, quiçá, forçar outra discussão, relativa à propriedade privada.

O Abril Vermelho, com suas invasões previstas e programadas pelo Movimento Sem Terra (MST), faz sua parte dentro das expectativas e dos projetos de poder. Essa tal de jornada mensal de luta por reforma agrária esconde um propósito que nada tem a ver com a titularidade de terra ou com a consolidação de assentamentos de camponeses.

Não por outra, como parte integrante e paralela do Abril Vermelho, o governo acaba de anunciar o programa Terra da Gente, voltado para o modelo de reforma agrária que acredita. Pelo discurso feito naquela ocasião, ficam claros os dois lados dessa mesma e corroída moeda: “Somente por intermédio de um regime democrático, a gente pode fazer o que a gente quer. Reivindicar, fazer greve, pedir aumento de salário, pedir plano de carreira... O nosso papel é ser honesto com o movimento social, dizendo o que podemos e o que não podemos fazer, utilizando terras sem muita briga. Isso sem pedir para ninguém deixar de brigar.” Acredite se quiser.

### » A frase que foi pronunciada

“Todo e qualquer protesto se aceita. O que não se aceita é a violência”

Presidente Lula

### Acolhimento

» Idilvan Alencar, deputado federal cearense, propôs uma audiência pública para discutir a falta de capacitação do corpo docente dos colégios públicos no trato com os alunos com Transtorno do Espectro Autista. Sem ambiente escolar adequado, o aprendizado das crianças autistas é totalmente prejudicado, pontuou.

### » História de Brasília

As chuvas de ontem provocaram um desastre numa caixa telefônica subterrânea, que foi invadida pelas águas. Por isto, a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes ficaram sem telefone. (Publicada em 6/4/1962)